

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE PEDAGOGIA

**A HISTÓRIA DAS ESCOLAS ANARCO-SINDICALISTAS DO RIO DE
JANEIRO**

SIMONE ALVES BARBOSA

RIO DE JANEIRO
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**A HISTÓRIA DAS ESCOLAS ANARCO-SINDICALISTAS DO RIO DE
JANEIRO**

SIMONE ALVES BARBOSA

ORIENTADORA: ANGELA MARIA DE SOUZA MARTINS

Monografia apresentada ao curso de pedagogia da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito para a obtenção do título de
bacharel em Pedagogia

RIO DE JANEIRO
2005

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe que, antes da pedagogia e dos estudos sobre educação libertária, já tinha me mostrado na prática que educação deve ser baseada no amor, na liberdade e na razão;

E ao meu pai que, mesmo com diferente modo de pensar, soube apreciar e me conduzir por este trabalho com paciência e sabedoria.

"Somente quando o homem descobre que nada é seu, só então, é
que passa a ser dono de tudo".
(Hermógenes)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro aos meus pais pelo incentivo e por toda a ajuda que me deram.

As amigas Laila, Diana, Luciana, Alessandra, Ana Carolina, entre tantas outras que me mostraram que simples conversas viram lições de vida.

A orientadora Professora Doutora Angela Maria Souza Martins pela paciência e o carinho nestes anos de pesquisa.

E os amigos de grupo de pesquisas pelas horas de discussão cujo resultado vemos aqui. A estes meu sincero obrigado!

RESUMO

No Rio de Janeiro, a partir do século XIX, surgiram instituições escolares, organizadas pelo movimento dos trabalhadores, com o intuito de desenvolver uma educação diferente da educação fornecida pelo Estado. A pedagogia vigente na época reforçava a ideologia burguesa, por meio de uma educação desigual para os diferentes sexos e para as diferentes classes sociais; reforçando o papel submisso do trabalhador. O movimento operário, na busca por uma pedagogia que permitisse uma educação mais igualitária e racional, entrou em contato com a educação anarquista e criou escolas para a classe operária, a partir de uma nova forma de educar. Esta educação era baseada nos preceitos do racionalismo e buscava igualdade e solidariedade. As relações entre o movimento operário e a educação anarquista foram muito ricas, mas são precários os registros sobre essas relações, principalmente no que se refere as práticas em sala de aula. A importância deste estudo é resgatar essas experiências, para mostrar de que modo esses aspectos podem ajudar a pedagogia vigente encontrar novos caminhos. Embora conheçamos a existência de algumas escolas anarco-sindicalistas no Rio de Janeiro, pouco se pesquisou sobre o projeto político pedagógico das mesmas, a formação de seus professores e a concepção de aluno que esta pretendia formar. Por isso, esta monografia procurou investigar, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, a proposta pedagógica das escolas anarco-sindicalistas no Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8.
1. O ANARQUISMO E SUAS ESCOLAS DE PENSAMENTO.....	11.
1.1 O que é o anarquismo.....	11.
1.2 As escolas de pensamento.....	14.
2. A EDUCAÇÃO ANARQUISTA.....	22.
3. OS SÍNDICATOS E A EDUCAÇÃO.....	37.
4. AS ESCOLAS ANARCO-SINDICALISTAS NO RIO DE JANEIRO.....	43.
CONCLUSÃO.....	48.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51.

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, a grande maioria das escolas brasileiras era estatal, religiosa e extremamente segmentada. A educação buscava atender aos interesses da classe dominante do país. Nessa época, o ensino caracterizava-se por ser de cunho religioso e moral, ou seja, constituído dentro dos parâmetros da ideologia da classe dominante. Por meio desse ensino religioso e enciclopédico, cada aluno assumia um determinado papel na sociedade.

Na contrapartida dessa educação, os sindicatos de operários se uniram, com o intuito de buscar uma proposta educacional igualitária e laica para continuar seus estudos e educar seus filhos. Encontraram na educação libertária os ideais que iam ao encontro de seus desejos igualdade e liberdade. Os anarco-sindicalistas valorizavam o sindicato como um instrumento de luta poderoso e a educação como um instrumento importante para conscientização dessa luta.

Segundo Ferrer y Guardia, um dos maiores pensadores da educação libertária, o papel da educação na renovação social era uma educação livre, que não praticasse a violência, respeitando a vontade e o sentimento dos seres humanos. Uma educação racional que ensinasse o aluno a pensar por conta própria, sem os dogmas e os castigos da religião. Pensando nisso, o movimento operário sindical apostou na educação anarquista como um instrumento importante para a emancipação e conscientização dos trabalhadores.

Pesquisamos as escolas anarco-sindicalistas que existiram no Rio de Janeiro, durante os séculos XIX e XX e o papel da educação libertária no processo de construção da consciência do movimento operário, enfatizando a luta pela transformação das suas condições sociais e políticas, esclarecendo, assim, a conexão entre os princípios da educação anarquista e os objetivos da luta da classe operária.

Analizamos sob que perspectiva a educação foi capaz de possibilitar a classe operária uma nova visão da realidade.

O motivo da delimitação da área de pesquisa para apenas o estado do Rio de Janeiro deve-se ao fato de que poucas pesquisas foram realizadas com o intuito de resgatar a história das escolas anarco-sindicalistas neste estado. O período histórico foi escolhido por ter sido o tempo áureo do movimento educacional libertário, no Brasil.

A presente monografia é resultado do projeto de Iniciação Científica intitulado “A importância da educação anarquista para a conscientização da classe operária”, orientado pela professora doutora Angela Maria Souza Martins. Durante os dois últimos anos participei como pesquisadora e integrante do Núcleo de Estudos em Educação Brasileira (NEB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Durante esse tempo de pesquisa, obtive uma sólida base teórica e também encontrei pistas que me deram informações precisas e claras sobre a educação libertária no Brasil.

Fizemos uma pesquisa com fontes primárias e secundárias, utilizando documentos e bibliografia a respeito da doutrina anarquista e do movimento sindical, o que nos possibilitou uma análise significativa dos preceitos libertários e da luta do movimento sindical. Para tanto, utilizei as obras dos pensadores anarquistas do século XIX, como Proudhon, Bakunin e Kropotkin.

A partir dessas leituras, construímos quatro capítulos. O primeiro capítulo dedica-se a apresentação do conceito de anarquismo, partindo do instrumental teórico desenvolvido durante o tempo de pesquisa acadêmica e o esclarecimento das diferenças entre as diversas linhas de ação provindas do anarquismo como movimento social e político, porém com maior ênfase no anarco-sindicalismo, pois este era o tema central desta monografia.

O segundo capítulo trata da apresentação da educação libertária, mostrando características próprias da mesma e a base teórica que fundamenta a práxis pedagógica dessas experiências educacionais.

No terceiro capítulo, mostramos a relação construída entre o movimento sindical e o movimento anarquista do Rio de Janeiro no século XIX, no que diz respeito à construção e implementação de um projeto educacional.

O último capítulo apresenta as experiências educacionais do movimento anarco-sindicalista no Rio de Janeiro, destacando o caráter pedagógico, a concepção de aluno, o planejamento realizado, as disciplinas ministradas e a administração destes projetos educacionais.

CAPÍTULO 1

O anarquismo e suas escolas de pensamento

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo desta monografia, achamos indispensável que neste primeiro capítulo fosse apresentada a doutrina anarquista, assim como suas principais características e as suas diferentes escolas de pensamento.

1.1 O que é o anarquismo.

A palavra anarquismo deriva da palavra grega *Anarchos*, cujo significado é “sem governante”. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Online, anarquismo é uma teoria política que preconiza a organização da sociedade sem qualquer governo estabelecido, fundada na convicção de que todas as formas de governo interferem na liberdade individual. (<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.html>. Acesso em: 22 set 2005).

Porém o real sentido do anarquismo ultrapassa a definição de uma simples teoria. Aqui analisaremos o anarquismo como um sistema de filosofia social, baseado principalmente na razão humana. Ele tem como principal objetivo promover mudanças na estrutura da sociedade, indo em busca de uma sociedade onde os homens sejam indivíduos livres; substituindo o governo autoritário por uma forma de cooperação não-governamental de indivíduos.

Para os anarquistas é impossível imaginar uma sociedade onde a relação do homem com a sociedade e a natureza seja intermediada por leis e governos autoritários. As relações devem ser regidas pela concordância mútua, pela vontade dos homens livres.

A filosofia anarquista diz que se o homem obedecer às leis naturais da sua própria espécie, será capaz de viver em paz com seus semelhantes e logo terá uma sociedade igualitária. O homem pode não ser naturalmente bom, mas, segundo os anarquistas, é um ser naturalmente social. São as instituições autoritárias como o Estado e a Igreja, que através de suas leis e doutrinas, deformam e atrofiam as tendências cooperativas dos homens.

A filosofia anarquista pode ser mais bem compreendida na reflexão feita por Boris Fausto:

“A utopia anarquista tem paradoxalmente uma grande contemporaneidade. Sua crítica ao sistema educativo e à Igreja, à família burguesa através da temática da igualdade dos sexos, volta-se contra os núcleos básicos da reprodução do sistema e do comportamento autoritário da época. Para além da defesa de pontos tópicos, há a tentativa de criação de uma subcultura, buscando modelar um homem novo em contraposição ao que é fruto da sociedade de classes; abrangendo aspectos tão amplos como a educação ou um código moral, com suas normas ou sanções explícitas. Se a recusa da instância política formal debilita os libertários na sua tentativa de organizar as camadas populares, a ênfase na crítica da cultura e das instituições aponta em princípio para uma problemática da maior atualidade – a da constituição dos micropoderes integrantes da relação de partidos, o reforço de capitalismo de Estado reintroduziram no mundo de hoje o tema da transformação da sociedade no plano cultural-afetivo, associada à gestão do processo produtivo pelos produtores. Embora de forma muitas vezes inadequada, o anarquismo busca dar resposta a um difícil problema: como criar, com gente dominada, uma sociedade livre?” (Fausto apud Addor, 2002, p.28).

E foi por meio dessa consciência da necessidade da luta para a transformação da sociedade que o anarquismo entrou no mundo da política e,

posteriormente, no mundo da educação. Logo, o anarquismo é a única corrente ideológica que propõe elaborar uma crítica radical aos fundamentos da sociedade capitalista e construir um projeto alternativo de sociedade livre e igualitária.

Os marxistas faziam profundas críticas à filosofia anarquista. A principal discordância diz respeito ao método de ação utilizado pelos anarquistas. Os marxistas acreditavam que a máquina do Estado deveria ser tomada pelos trabalhadores, representados através de seus partidos, para que pudesse acontecer a revolução social. Os anarquistas não acreditavam que deste modo iria se constituir uma sociedade igualitária. A máquina do Estado deveria ser abolida e não tomada. Na tomada de poder pelo proletariado iria ocorrer uma inversão de dominadores e dominados e, não, uma dissolução dos mecanismos de submissão e poder de uma sociedade. Aconteceria o que o próprio Marx explicitou em suas obras como “ditadura do proletariado”.

Para a construção desta sociedade igualitária, a filosofia anarquista tinha características particulares que ajudavam na fundamentação teórica e na construção prática da nova realidade como: a liberdade, a autonomia individual, a autogestão social, a igualdade de classes e sexos e a ação direta.

Os anarquistas poderiam estar de acordo com os seus principais objetivos, mas demonstraram ter profundas divergências quanto às táticas necessárias para atingir esses objetivos. Isso se deve a importância que o anarquismo dá a liberdade individual, o que possibilitou uma imensa variedade de pontos de vista dentro de uma mesma filosofia. Destes pontos de vista diversos surgiram as escolas de pensamentos anarquistas, cujas diferenças se restringem principalmente a dois pontos: o método revolucionário de ação e a organização econômica.

Apesar da defesa do individualismo, para Stirner a união entre os indivíduos não deve deixar de existir. O ser humano, como um ser livre, pode unir-se espontaneamente. Mas deve também ter a liberdade para desvincular-se do grupo.

Para Godwin, essas associações só podem existir com o intuito de resistir aos ataques feitos à liberdade e, mesmo assim, de forma a combatê-los para em seguida deixar de existir, de forma que não se forme uma instituição.

O anarquismo individualista tinha como principal meta a formação de uma sociedade de indivíduos soberbos, seguros na sua integridade e cooperando com outros indivíduos baseados na liberdade e na necessidade. Godwin dizia:

“devo empregar todo o meu talento, toda a minha compreensão, toda a minha força e todo o meu tempo na prática do bem. Entretanto, é preciso tomar cuidado para não colocar o bem geral ou a própria sociedade acima do indivíduo. O que é bom e justo para a sociedade será sempre o que for justo e bom entre os indivíduos, já que a sociedade nada mais é que um conjunto de indivíduos” (Godwin apud Woodcock, 2002, p.84).

Outra doutrina anarquista que teve grande influência na história foi o mutualismo, seu principal representante era Proudhon. Os mutualistas eram contra a revolução política, a favor de adoção de operações bancárias mútuas e da criação de sociedades cooperativas, que seriam a base para a reorganização e construção de uma nova sociedade. Suas características são: a dissolução do governo, a distribuição das propriedades e a liberdade de crédito.

As associações eram o ponto principal do mutualismo tendo como base a idéia do contrato, opondo-se assim à idéia de governo. Segundo Proudhon:

“a idéia de contrato exclui a idéia de governo... entre as partes contratantes haverá sempre, necessariamente, um interesse pessoal mútuo; um homem barganha para assegurar, ao mesmo tempo, a sua liberdade e o seu lucro. Mas entre o governante e o governado, seja qual for o sistema de representação ou delegação das funções governamentais adotado, há necessariamente uma alienação de parte

1.2 Escolas do pensamento anarquista

O anarquismo individualista é uma corrente filosófica do anarquismo que tem como principal foco o indivíduo. Acreditava que consciência individual deveria ter mais relevância do que as tomadas de decisão coletivas. Segundo Godwin, um dos principais pensadores do anarquismo individualista, a democracia é um sistema de governo em que cada membro da sociedade é considerado um homem com suas próprias peculiaridades. Desta forma Godwin acredita que a democracia seria uma forma de governo da qual poderia resultar uma sociedade mais igualitária.

Max Stirner foi um representante, cujas idéias levaram ao extremo a doutrina individualista. Ele acreditava na singularidade do indivíduo como única matriz da nova sociedade. Ao contrário de Godwin, que acreditava na razão do indivíduo, Stirner dizia que o instinto e a vontade eram elementos fundamentais para o ser humano. A única regra de conduta seria seguir os desejos e as necessidades, sem a intervenção de nenhuma instituição.

Ele opõe-se a toda e qualquer instituição que tenha como objetivo a subordinação do homem. Logo, o governo é algo a ser abolido, pois como explica Stirner:

“para o Estado, é indispensável que ninguém tenha vontade própria. Se alguns a possuísem, seria preciso excluí-los, prende-los ou bani-los. Se todos as possuísem o Estado acabaria. É impossível imaginar um Estado sem senhores nem servos, já que ele deve desejar ser o senhor de tudo aquilo que abrange – e a isso chamamos de ‘a vontade do Estado’...A vontade que existe em mim pode destruí-lo e, por isso, ele a chama de egoísmo. Minha vontade e o Estado são duas forças em luta, entre as quais é impossível a paz eterna” (Stirner apud Woodcock, 2002,p.114).

das liberdades e dos recursos do cidadão" (Proudhon apud Woodcock, 2002, p.152).

O desejo de Proudhon era reconstruir a sociedade e não aboli-la. Para ele, as contradições econômicas não poderiam ser eliminadas, mas deveriam ser transformadas numa igualdade dinâmica. O futuro da sociedade seria de homens reunidos em grandes federações de comunas e cooperativas agrárias. Economicamente, essa sociedade teria como base pequenos grupos cuja produção seria trocada através de contratos e praticariam o crédito mútuo. Assim, seria assegurado a cada indivíduo o produto de seu trabalho.

Quanto à liberdade individual do ser humano, Proudhon acreditava que a liberdade é algo intrínseco aos processos naturais que deram origem a sociedade. De acordo com esse autor:

"para que eu possa permanecer livre, para que eu não esteja sujeito a nenhuma lei exceto aquelas que eu mesmo tenha criado, e para que eu me governe, é preciso reconstruir o edifício da sociedade, tendo como base a idéia de contrato" (Proudhon apud Woodcock, 2002, p.21).

Porém, os anarquistas coletivistas tinham idéias diferentes quanto ao modo de produção. Bakunin, principal expoente das idéias coletivistas, que tiveram seu auge na década de 1860, procurava adaptar os ideais anarquistas à uma nova sociedade, uma sociedade industrializada. Enquanto Proudhon atribuía à propriedade um caráter individual e de contratos entre pequenos grupos; Bakunin acreditava que os meios de produção deveriam ficar nas mãos de instituições voluntárias que assegurariam a cada trabalhador o fruto de seu trabalho ou o equivalente do mesmo. Para Bakunin, cada um deveria receber de acordo com seus meios e de suas ações.

A coletividade toma, então, o lugar do individualismo como unidade básica da organização social, sendo as associações de trabalhadores rurais, os organizadores do meio de produção do campo; os operários, como organizadores dos meios de produção industriais, etc.

Outra concepção importante entre os anarquistas era o anarcocomunismo. Esta concepção considerava que o trabalho era comum a todos os homens, os seus produtos repartidos igualmente. Não existiria governo. Os homens deveriam ter como guia a consciência. No lugar do comércio e da moeda, armazéns abertos a todos, segundo as suas necessidades. Como vemos abaixo, na citação de Winstanley, a sociedade ideal na visão do anarcocomunismo aproxima-se bastante do cristianismo:

“quando a lei universal surgir em todos os homens e mulheres, ninguém poderá então reivindicar direitos sobre qualquer criatura e dizer ‘Isto é meu, aquilo é teu’. Este é o meu trabalho, aquele é o seu. Todos cultivarão a terra e cuidarão do gado; e as bênçãos da terra serão comuns a todos; sempre que um homem sentir necessidade de grãos ou de gado, poderá retirá-los no primeiro depósito que encontrar. Já que não haverá compra nem venda, nem feiras nem mercados, e a terra será um tesouro compartilhados por todos os homens, pois ela é do Senhor... Pois quando um homem tem o que comer e beber e as roupas para vestir, ele tem o suficiente. E todos trabalharão com entusiasmo para realizar as tarefas necessárias, um auxiliando o outro. Não haverá senhores de outros homens, mas todos serão senhores de si mesmos, sujeitos as leis da justiça, da razão e da igualdade que habita e governa nele que é o Senhor.” (Winstanley apud Woodcock, 2002, p.50).

Essas associações voluntárias seriam responsáveis por todos os setores da sociedade, sendo representados por indivíduos que formavam comunas. A união dessas comunas formará uma rede que substituirá o Estado.

A disponibilidade de serviços e produtos se dá no anarcocomunismo de acordo com a necessidade de cada pessoa. Diferente do mutualismo e do coletivismo, que tinham como critério de distribuição o trabalho.

Outra diferença do anarcocomunismo para as outras doutrinas do anarquismo diz respeito ao sistema econômico. Os anarquistas comunistas, que tiveram como grande apóstolo e popularizador Kropotkin, não acreditam em bancos populares ou cheques de trabalho. Para eles, essas ações são mais uma forma de coerção da

sociedade. A distribuição do produto de trabalho deveria ser feita de forma livre, de acordo com a necessidade de cada um.

A revolução social aconteceria quando, a partir das comunas locais, os meios de produção fossem desapropriados e coletivizados. A partir disso, a distribuição livre de produtos e a extinção dos salários aconteceria de forma natural. Também como consequência seriam organizadas cooperativas de trabalho e o lazer viria de grupos de interesse mútuos.

O sistema de salário era o grande “impulsionador” do capitalismo e das desigualdades sociais, fazendo com que se torne o principal inimigo na transformação da sociedade capitalista em uma sociedade mais igualitária e justa.

Outra vertente do anarquismo é o anarcopacifismo. A principal figura desta vertente é Tolstoi, que embora não se declare um anarquista, suas idéias eram bem próximas dos ideais anarquistas. Um dos aspectos principais da doutrina de Tolstoi é a rejeição ao Estado e o repúdio à propriedade. Segundo ele, o Estado é o grande responsável pela perpetuação das relações de propriedade e poder, a partir do momento em que ele garante que essas relações continuem a existir. Assim, o Estado e a propriedade devem ser abolidos para que, segundo os anarcopacifistas, os homens sejam livres e vivam em comunhão uns com os outros, como um verdadeiro Reino de Deus na Terra.

Tolstoi escreveu para seu amigo Boktin, explicando quais eram suas convicções:

“o estado moderno não é senão uma conspiração para explorar e, acima de tudo, para desmoralizar seus cidadãos... Posso entender as leis morais e religiosas, não obrigatórias para todos, mas que conduzem ao progresso e prometem um futuro mais harmonioso; reconheço as leis da arte, que sempre trazem felicidade. Mas as leis políticas parecem-me mentiras tão terríveis, que não consigo entender

como uma delas possa ser melhor ou pior do que qualquer das outras... Daqui em diante, jamais voltarei a servir qualquer governo, em nenhum lugar” (Tolstoi apud Woodcock, 2002, p. 260).

Os anarcopacifistas tinham a real intenção de criar comunidades libertárias, principalmente no meio rural, numa versão pacifista da “propaganda pela ação”. Eles aceitavam o princípio da resistência e da ação revolucionária, desde que não fosse necessário o uso da violência. Consideravam a violência uma forma de poder e, por isso, o seu uso não estava de acordo com os princípios anarquistas. Era necessário transformar a realidade, mas de forma pacífica sem utilizar métodos negativos.

Segundo eles, o ideal era um homem mais próximo da natureza – o naturalismo. O homem será um ser melhor, mais livre se desprezar todas as manifestações artificiais impostas pela sociedade. Devido ao fato de que ele é um ser natural, por isso deve viver uma relação orgânica com o mundo da natureza.

Os anarcopacifistas acreditavam principalmente no naturalismo, no populismo, no sonho de uma fraternidade universal, na desconfiança perante o progresso, nas formas pacíficas de luta e, assim, se diferenciavam de outras formas de anarquismo. Os meios de produção deveriam ficar nas mãos dos sindicatos, para que a administração fosse feita por aqueles que estavam inseridos no meio de produção.

“... a socialização de todas as indústrias, agricultura, meio de transporte e de comunicação, que serão administradas pelas suas respectivas associações de classes e dirigidas por profissionais competentes em cada ramo de produção e atividade. Os indivíduos encarregados de dirigir a produção e a atividade social exercerão apenas função de organização e administração; mas nunca de mando” (Constituído apud Moraes, 1999, p.14).

O anarco-sindicalismo surge propondo uma forma diferente de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Conhecido também como sindicalismo revolucionário, o anarco-sindicalismo foi criado da união de idéias anarquistas com o movimento da classe operária. Os sindicatos, por meio da ação direta, seriam os autores

da revolução e instalariam uma sociedade sem classes, sem Estado, dirigida e gerida pelos próprios trabalhadores. Este sindicalismo revolucionário, que se baseava na auto-organização e na autonomia da classe operária, aplicou uma estratégia de ação direta coletiva, impedindo a constituição de burocracias sindicais e a sujeição das lutas operárias a qualquer interesse exterior aos trabalhadores.

Os anarco-sindicalistas valorizavam os sindicatos como um instrumento poderoso de luta que tinha como arma poderosa as greves, tendo como expoente máximo de luta as greves gerais. O anarco-sindicalismo nasceu na França, no final da década de 90 do século XIX, espalhando-se em seguida pela Europa e América.

Segundo Silva:

“o sindicalismo que se começava a definir no Brasil, ainda não poderia ser chamado de anarcossindicalismo. Essa estratégia só viria a ganhar corpo, no começo do século XX, nas Federações Operárias e na Confederação Operária Brasileira (COB), mas era já, inegavelmente, um sindicalismo com forte associação com o anarquismo, até porque os mais ativos militantes e as principais publicações criadas por trabalhadores eram libertárias” (Silva, 2002, p.9).

Os jornais, revistas, livros e folhetos, muitos dos quais vindos através de operários imigrantes que já tinham contato com as idéias anarquistas, foram decisivos para a formação de uma consciência social do operariado e trabalhadores urbanos do Brasil. A imprensa operária, que informava sobre a luta do movimento operário em outros países, permitiu aos trabalhadores brasileiros criarem uma visão da luta contra a submissão e a exploração de seu trabalho.

Foi esta corrente que influenciou mais significativamente a massa operária no Brasil e que mais realizou experiências educacionais. Devido ao valor atribuído pelo anarco-sindicalismo às experiências educacionais, como forma de construir uma forma

de educar que supera a ideologia burguesa, que decidimos nos deter na análise dessa corrente durante esta monografia.

CAPÍTULO 2

A educação anarquista

Um aspecto significativo da doutrina anarquista diz respeito ao valor que a educação tem como instrumento de conscientização, principalmente para a classe operária. O anarquismo não só percebeu esta importância como também pensou em que aspecto a educação poderia fazer parte de sua “propaganda pela ação” e quais eram os preceitos que constituiriam uma educação ideal. A partir disso, os anarquistas criaram a pedagogia libertária, que foi base de diversas experiências educacionais.

Segundo Malatesta, a educação alcançou esta importância no movimento anarquista, pois o processo de luta revolucionária dependia de três forças: “a educação, a propaganda e a rebelião” (Malatesta apud Luizetto, 1987, p.44).

Este capítulo buscará analisar a educação libertária, apresentando os objetivos e elementos que conduzem o seu ideal educacional. Irá também relatar as primeiras experiências educacionais anarquistas.

O papel representado pela educação para o anarquismo era primordial. O papel da educação era conscientizar as pessoas e, sem mudanças profundas na mentalidade da sociedade, era impossível que ocorresse a revolução. Através da educação o indivíduo perceberia sua importância na transformação da sociedade. E quando se pensa na construção de uma sociedade, principalmente segundo projeto anarquista, a educação é um ponto a ser cuidadosamente discutido. Segundo Ghiraldeili, a intenção de construir uma nova sociedade deu aos anarquistas o desejo de construir experiências culturais e educacionais que iam de acordo com os preceitos da doutrina.

“...todo o projeto de uma sociedade futura, pensado pelos libertários, compreendia uma boa dose de utopia, isso não quer dizer que, na prática, a atuação de anarquistas e anarco-sindicalistas se pautasse pelo devaneio. Pelo contrário, a nova sociedade deveria e poderia ser construída, eles acreditavam nisso, e partiram para inúmeras

iniciativas culturais e educacionais que preparavam a sociedade futura” (Ghiraldelli,1987,p.117).

Segundo Proudhon, o objetivo da educação libertária seria:

“... o de formar seres inteligentes, capazes de uma visão mais completa e aberta possível da realidade natural e humana, pois só assim se poderão conseguir pessoas aptas a participar ativamente da vida comunitária, sem a inclinação a deixar-se governar por pessoas mais “expertas” ou mais “técnicas”, que se amparam no saber para impor decisões que favorecem a perpetuação de privilégios” (Proudhon apud Queiroz, 2002, p.45).

O processo educacional anarquista buscava conscientizar seus alunos, mostrando que as diferenças sociais e econômicas, causadas pelo acúmulo de capital, eram perpetuadas por meio de mecanismos ideológicos, a partir de escolas que seguiam os princípios burgueses e religiosos. Eles revelavam que a escola tinha um papel político fundamental na manutenção da sociedade capitalista. Essa conscientização provocava nos alunos um sentimento de luta por uma sociedade igualitária e justa.

Para que se entenda melhor a educação libertária será necessário conhecer os princípios que a moviam. Os anarquistas tinham um cuidado muito especial em pensar e discutir o que a sua proposta de educação deveria ter, para que ela fosse capaz de educar de forma a ser condizente com os ideais anarquistas.

A escola anarquista baseava-se no princípio da educação e não da escolarização. Para eles, um projeto educacional não devia propor somente ensinar a ler e a escrever, nem tampouco fazer com que o aluno progredisse de classe social ou entrasse no mundo do trabalho mais preparado. Como dito anteriormente, a educação anarquista tinha propósitos mais amplos, como: conscientizar o aluno, mostrando as desigualdades do mundo em que ele vive e desenvolver uma criticidade baseada na razão.

Se isto era feito ao ar livre, em casa ou em fábricas não tinha importância, desde que o aluno freqüentasse a escola de livre e espontânea vontade, e o prazer fosse o estimulador daquela educação.

O educar para os anarquistas, segundo Moraes (2002), significava “preparar-se para a vida e pela vida através de trocas, de experiências, de conhecimento, de livros, de um desenvolvimento calcado na solidariedade, no respeito, na formação, na autonomia e na liberdade” (Moraes, 2002, p.95).

Isto significava uma educação completamente diferente da educação oferecida a crianças do século XIX e XX. Era uma escola que não tinha nenhum tipo de hierarquia ou papel fixo, sem horários ou regras pré-estabelecidas, sem preceitos morais preconceituosos, sem prêmios nem castigo, com base na razão humana.

Ferrer y Guardia resumiu desta forma, o que deveria ser a educação racional, justificando a sua proposta pedagógica:

“ 1º A educação é – e deve ser tratada como – um problema político crucial (trata-se de ocupar o lugar que o poder hegemônico da burguesia exerce nas escolas); 2º O ensino será científico e racional, ao serviço das verdadeiras necessidades humanas e sociais, da razão natural e não da razão artificial do capital e da burguesia; 3º Co-educação, pois a mulher e o homem completam o ser humano; 4º Co-educação de ricos e pobres; 5º Orientação anti e a - estatal da educação; 6º Importância do jogo no processo educativo; 7º Pedagogia individualizada, sem competência técnica nem profissional; 8º Ausência de prêmio e castigos, supressão de exames e concursos. (Ferrer y Guarida apud Moraes, 2002, p.24).¹

A razão era um dos princípios mais importantes para a educação libertária. Ela permitia que o aluno fosse capaz de raciocinar por si próprio e de pensar criticamente, sem ser doutrinado pelos valores morais que a Igreja e o Estado ensinavam nas escolas. Um ensino racional deveria ter como base a ciência e a razão, não a fé.

¹ A citação reproduzida foi traduzida para o português por Moraes para melhor entendimento do leitor.

O aluno era levado a aprender através de sua própria razão e do que observava a sua volta, não por meio de fórmulas prontas, desvinculadas do que estava presente em sua vida.

“... uma educação despida de preconceitos, alheias à moral corrente do venha a nós, baseada nos fatos e fenômenos naturais, na observação e na crítica racional.

Nada de fórmula feitas, mas o aluno mesmo ser levado a descobrir o fenômeno, a causa ou a lei natural a que obedece – Não a apologia deste estado social, mas a crítica das instituições e a demonstração de que são um obstáculo à felicidade do povo e daí a necessidade de as aniquilar” (Pinho apud Moraes, 2002, p.32).

A liberdade do aluno devia ser preservada sempre. Por isso, as escolas libertárias eram contra leis pré-estabelecidas, rotinas e seriações. O aluno, respeitado como indivíduo livre e racional, era capaz de fazer suas próprias escolhas educacionais. O princípio da liberdade faz com que as escolas anarquistas sejam contra qualquer tipo de coerção que leve o indivíduo a abdicar de suas vontades, de se sentir oprimido e dominado.

Esta liberdade refere-se também ao aluno ter a opção de acreditar naquilo que quiser. O laicismo é, segundo Carvalho, uma coisa conservadora, burguesa e autoritária. A escola deve proporcionar ao aluno a possibilidade de criar sua própria filosofia e de ter suas próprias crenças e, também, não deve ser neutra, pois a neutralidade é abstrata, vazia de sentido.

Embora acreditasse na liberdade e na igualdade entre as pessoas, a autoridade é um tema interessante no que diz respeito à educação anarquista. Os anarquistas acreditam que o uso da autoridade é importante nos primeiros anos de educação de uma criança, para que as mesmas por si só cheguem depois a liberdade e a autonomia. Os anarquistas são completamente contra o autoritarismo, que, segundo

eles, é base de toda forma de poder. Esta citação de Bakunin traduz bem o ponto de vista anarquista sobre esse assunto:

“O princípio de autoridade na educação das crianças constitui o ponto de partida natural: é legítimo, necessário, quando é aplicado às crianças na primeira infância, quando sua inteligência não se desenvolveu abertamente... Mas como o desenvolvimento de todas as coisas, e por consequência da educação, implica a negação sucessiva do ponto de partida, este princípio deve enfraquecer-se à medida que avançam a educação e a instrução, para dar lugar à liberdade ascendente...”

Toda educação racional nada mais é, no fundo, que a imolação progressiva da autoridade em proveito da liberdade, onde esta educação tem como objetivo final formar homens livres, cheios de respeito e de amor pela liberdade alheia. Assim o primeiro dia da vida escolar (...) deve ser o de maior autoridade e de uma ausência quase total de liberdade; mas seu último dia deve ser o de maior liberdade e de abolição absoluta de qualquer vestígio do princípio animal ou divino de autoridade” (Bakunin apud Queiroz, 2002, p. 57).

A autoridade de alguém mais experiente ou com mais conhecimentos é algo necessário, ainda mais no que diz respeito à educação infantil. Gradualmente, essa autoridade (não autoritarismo) deve dar lugar à liberdade.

O ensino dicotomizado das escolas burguesas é algo que também afronta o ideal libertário de educação. As escolas ensinavam coisas distintas aos filhos dos operários e aos filhos dos detentores do poder. Aos primeiros uma educação básica, voltada à sua formação como operário, uma educação profissional, formando a mão-de-obra. Aos filhos dos detentores de poder, uma educação mais completa, desenvolvendo intelectualmente a criança.

Essa educação era a grande responsável pela desigualdade existente entre os dominados e os dominadores. Na educação dos filhos dos operários ficava implícito que eles deveriam continuar o trabalho de seus pais. Não se dava a estas crianças a possibilidade de escolher seu futuro ou de se desenvolver intelectualmente. Os filhos dos burgueses desfrutavam de uma educação mais completa, no que se diz respeito aos

conhecimentos das diversas ciências, mas também eram vítimas de uma educação castradora e preconceituosa. Eles não tinham uma visão crítica da sociedade em que viviam. Existia a intenção de impedir que o povo tivesse conhecimento para que a dicotomia entre dominadores e dominados continuasse.

Para isso, os anarquistas pensaram na educação integral como uma forma eficaz de acabar com as desigualdades existentes dentro e fora da sala de aula. A educação integral, com a união dos saberes dos trabalhos manuais e intelectuais, permitiria uma educação de igual qualidade a todos; proibindo desta forma que o conhecimento fosse usado como forma de poder.

Outro educador libertário foi Paul Robin, que desenvolveu o conceito de educação integral. O termo integral engloba três aspectos diferentes da educação: a dimensão física, a dimensão intelectual e a dimensão moral. Segundo Robin, educação integral é:

"... antes de tudo cultura, desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades humanas. Inclui saúde, vigor, beleza, inteligência e bondade. Baseia-se, exclusivamente, em realidades experimentais e, assim, despreza as concepções metafísicas fundadas na pura imaginação e no sentimento" (Robin apud Luizetto, 1987, p.56).

De acordo com o seu Programa Educacional, a educação deveria ser integral porque favoreceria um desenvolvimento completo e coerente do indivíduo, aprimorando seus conhecimentos intelectuais, físicos, manuais e profissionais.

Outra forma de combater as desigualdades existentes na sociedade é a co-educação de sexos e classes, proposta pela educação anarquista. Dessa forma, a escola seria responsável por fornecer uma educação totalmente igualitária, de modo que homens e mulheres desenvolvessem suas capacidades, de acordo com seus desejos e não de acordo com o que a sociedade acredita que seja seu papel. Ao contrário da

educação da época, a educação libertária não via a educação mista como um perigo em si, mas como uma forma de comunhão entre homens e mulheres desde a infância. Além de crianças de ambos os sexos, a escola anarquista também reunia, na mesma classe, alunos de classes sociais diferentes.

Todos esses preceitos que guiam a educação libertária nasceram da profunda crítica que os anarquistas faziam da sociedade capitalista e de como a educação era utilizada para a perpetuação dos valores morais que lhes interessava.

“O que se pôde esperar da educação tradicional, senão que constitua indivíduos padronizados, dóceis e profundamente autoritários? É para isso que serve a escola burguesa: para fazer as pessoas aceitarem cegamente as normas estabelecidas, para incutir valores sociais e morais da classe dominante, para produzir e reproduzir indivíduos concebidos à sua imagem. E isto através de relações autoritárias, punitivas e coercitivas, estabelecidas entre professores, de um lado, e alunos, de outro”. (Rago apud Queiroz, 2002, p.67).

A escola burguesa impossibilitava que as reais razões da desigualdade social fossem apresentadas aos alunos, impedindo que os mesmos desenvolvessem sua criticidade. A educação fornecida era dual, pois para atender aos interesses do Estado e da Igreja, era necessário que existissem dois tipos de educação: uma para a classe dominante e outra para a classe dominada.

O Estado utiliza o poder ideológico da educação para reforçar sua ideologia e perpetuar as suas instituições de prestígio. Os valores que as escolas passam nos ensinam que devemos nos submeter aos desejos do Estado, pois ele que nos provém saúde, educação e segurança, entre outras coisas, por isso o Estado não tem interesse que o indivíduo construa um saber crítico. Para tanto, o Estado planeja as suas escolas de forma que elas sejam apenas escolarizadoras e não verdadeiras educadoras. Godwin foi um dos primeiros anarquistas a criticar a presença do Estado dentro das escolas e a alertar sobre os malefícios da mesma.

“Não se deve estimular qualquer projeto de criação de um sistema estatal de ensino pela óbvia ligação que este teria com o governo nacional, um vínculo muito mais formidável do que a velha e bastante contestada aliança entre Igreja e Estado.

Cumpre-nos refletir antes de colocar tão poderosa máquina em mãos de tão ambíguo agente. O governo não deixará de utilizá-la para reforçar seus poderes e perpetuar suas instituições. Mesmo admitindo a hipótese de que os agentes do governo não se propõem objetivos que, a seus próprios olhos, parecerão não apenas inocentes, mas meritórios, o mal seria feito. Suas idéias como fundadores de um sistema de ensino não poderão deixar de ser análogas às que terão na sua qualidade de políticos; as premissas que justificarão sua conduta como estadistas serão aquelas que servirão de base ao seu sistema de ensino. Não é verdade que os nossos jovens devam ser ensinados a venerar o Estado; deveríamos ensiná-los a respeitar a verdade e a Constituição apenas até aonde esta correspondesse as suas próprias deduções sobre o que é verdadeiro. Se o plano de criar uma empresa estatal de ensino tivesse sido adotado no apogeu do despotismo, é provável que não conseguisse abafar para sempre a voz da verdade, mas teria sido o mais terrível e sagaz de todos os ardis que a imaginação poderia sugerir para atingir tal objetivo. Mesmo nos países onde predomina a liberdade ocorrem falhas graves, e o sistema estatal de ensino contribui diretamente para perpetuá-las, moldando todas as mentes segundo um único modelo” (Godwin apud Woodcock, 2002, p.95).

Outro tipo de educação também muito criticada pelos anarquistas foi à educação ministrada pela Igreja, porque esta passava valores morais, por meio de histórias mentirosas, que enfatizavam preconceitos e valores como: a ganância, a culpa e a submissão. Era a grande responsável pelo ensino separado de homens e mulheres, ao considerar a mulher como fonte de pecado e distração.

Ferrer y Guardia se preocupava muito com a condição da mulher na sociedade. Ele culpava a cultura patriarcal e o ensino religioso como sendo os responsáveis pela submissão e depreciação da mulher. Para a construção de uma sociedade igualitária era necessário acabar com qualquer tipo de submissão, assim como destruir os mecanismos ideológicos que fundamentam esses preconceitos e essa submissão.

Assim como Ferrer y Guardia, Paul Robin alertava também para os danos causados pelo ensino religioso. A educação integral, proposta por ele, unia razão e

ciência, elas deveriam ser as fontes que encaminhariam os alunos à verdade. Ao contrário das escolas anarquistas, as escolas religiosas tinham seus conhecimentos baseados em “supostas revelações de seres imaginários, superiores ao homem” (Luizetto apud Robin, 1987, p.56).

As escolas eram o reflexo do interesse do Estado em formar um “abismo intelectual” entre a classe dominante e as classes dominadas. O ensino não tinha unidade e os currículos seguiam dois caminhos completamente opostos. O ensino da classe dominante era voltado para o ensino das ciências, enquanto o ensino para a classe trabalhadora era voltado para a educação profissional.

O saber também é fonte de poder e ao colocá-lo nas mãos da classe dominante, o Estado perpetua a dualidade entre burguesia e proletariado e contribui para a submissão da classe operária.

Baseado nos preceitos descritos acima e com a consciência de que a escola, além de um projeto educacional, é também um projeto político e social; os anarquistas passaram a pensar como abordariam as outras estruturas importantes existentes numa escola como organização, métodos, manutenção, corpo docente, entre outras.

Segundo Ferrer y Guardia, há três coisas que devem ser suprimidas nas escolas, devido aos danos que proporcionam: a disciplina, os programas e as classificações.

“A disciplina deverá ser suprimida, pois causa a dispersão e a mentira entre os alunos. Os programas deveriam ter o mesmo destino, porque anulam a originalidade, a iniciativa e a responsabilidade das crianças. Por fim, a escola deverá deixar de ser fonte de comportamentos baseados na rivalidade, na inveja e no rancor, e, para tanto, deverão ser abolidas as classificações destinadas a distinguir os alunos entre si” (Luizetto, 1987, p. 52).

Os anarquistas acreditavam que a educação deveria deixar o espaço escolar, porque ela pode acontecer em qualquer lugar. A instituição escola é uma fundação estatal de prestígio, que busca mascarar as desigualdades. Logo para unir saberes práticos e teóricos, a educação deveria deixar a sala de aula e integrar fábricas e outros locais de trabalho, em contato direto com a produção. Além das fábricas, poderiam ocorrer em outros locais como: sindicatos, jornais, etc. Proudhon defendia as oficinas-escolas, pois para ele a educação profissional proporcionada nas escolas formava supervisores do trabalho operário e não indivíduos cujos conhecimentos abrangeriam as duas áreas: o teórico e o prático.

O ensino não deveria ser gratuito, mas cooperativo. Uma das formas de custear a manutenção da escola seria cada um pagar de acordo com suas condições, outra seria uma coletivização de trabalhos que gerassem renda. A gratuidade geraria desigualdade e caridade, ou pior, acabaria sendo necessário o apoio financeiro do Estado ou da Igreja; o que iria contra as idéias anarquistas. Como solução para este problema, Proudhon acredita que um “sistema mutualista” conseguiria manter a escola sem ferir os ideais anarquistas.

A escola deveria funcionar sem hierarquização ou atribuição de poderes a poucos, os cargos seriam decididos através de uma assembléia, por meio do diálogo, assim os problemas da escola passariam a ser resolvidos por todos. Cada um teria um papel de acordo com aquilo que desejasse e pudesse fazer em prol da vida escolar, através da autogestão definida por Proudhon como: uma “sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos de auto-administradas, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (Proudhon apud Queiroz, 2002, p.74).

Os métodos de ensino utilizados são pensados para conservar a liberdade e a autonomia da criança, pois é através destes elementos que se dá a emancipação do indivíduo. A criança é um ser que sabe e deve escolher seus próprios caminhos, inclusive os educacionais. Assim, é dever da escola respeitar o ritmo e o desenvolvimento de cada aluno.

Nesta escola não existem provas, nem prêmios, nem graduação. A criança escolhe em que ritmo quer estudar e o que pretende aprender. Os anarquistas acreditam que as provas provocam a competitividade e a agressividade nas crianças. Sem provas, elas não se sentem obrigadas a trapacear para ser melhor do que as outras e, desenvolvendo a igualdade, aprendem que o ensino é uma troca mútua de conhecimentos. Segundo Ferrer y Guardia, é importante que cada aluno se torne o seu mestre, enfrentando a responsabilidade que tomou para si.

O trabalho pedagógico é apresentado pelos anarquistas de duas formas: palestras ou oficinas. As palestras são aulas sobre um determinado tema pré-escolhido. Esta forma de ministrar aulas favorece ao aluno trabalhador, pois o aluno pode escolher as palestras que quer assistir. A assiduidade obrigatória das escolas tradicionais é substituída pelas palestras, cujo objetivo é proporcionar uma flexibilidade na educação. O trabalho pedagógico feito por meio de oficinas é descrito por Silva da seguinte forma:

"O trabalho com oficinas é pautado na vontade das pessoas de construir saberes (coletivos e/ou individuais), investigando, interagindo, experimentando, pesquisando, estudando sobre assuntos, temas os mais variados, desde coisas palpáveis (como o funcionamento de um motor, a produção de artefatos) quanto sobre coisas invisíveis (como a luz, os sentimentos, as sensações) (Silva apud Queiroz, 2002, p.84).

As oficinas buscam, além de transmitir saberes a estes alunos, educar de forma que as trocas também proporcionem uma transformação na mente dos alunos.

Assim como a liberdade, a autoridade é algo a ser construído gradativamente na vida do aluno. A educação deve partir da autoridade para superá-la. Segundo Bakunin, para que o aluno se emancipe, é necessário que seu primeiro dia de aula, quando criança, seja de maior autoridade e menor liberdade possível. Ao sair da escola, o último dia deve ser da menor autoridade e maior liberdade possível.

Os jornais anarquistas serviam, para os alunos operários, como material didático. Estes jornais tinham clara preocupação com a educação do meio operário, pois além de transmitirem as informações sobre o anarcossindicalismo e sua luta, passavam conhecimentos sobre normas ortográficas e acontecimentos históricos.

Ferrer y Guardia foi ainda mais longe ao planejar a sua Escola Moderna. Ele tinha muita preocupação com a higiene escolar. Nas suas escolas, conferências semanais eram dadas para falar sobre práticas higiênicas e sobre a profilaxia de doenças transmissíveis. Dessa forma, as crianças ensinavam as suas famílias como ter mais higiene e evitar doenças. Cada criança possuía também um “caderno biológico”, que funcionava como um arquivo médico no qual se via quais doenças ela já tinha tido. Isso possibilitava que, em caso de enfermidades contagiosas, já se soubesse que crianças poderiam assistir às aulas.

Além da higiene das crianças, Ferrer y Guardia defendia a importância da higiene do local onde as aulas eram ministradas. Ele se preocupava com a salubridade, com a iluminação, com as instalações do banheiro, etc. Isto mostra como em alguns temas relacionados à educação, os preceitos da educação anarquista se mostravam muito mais avançados do que os da educação tradicional.

A escolha dos educadores acontecia de forma muito diferente nas escolas de cunho libertário. Os professores da escola tradicional geralmente participavam de forma

ativa ou passiva da manutenção dos mecanismos de poder da Igreja ou do Estado, pois geralmente lecionavam em escolas estatais e religiosas ou em escolas particulares.

A forma de escolher os educadores libertários varia de acordo com cada pensador anarquista. Proudhon acreditava que o educador deveria ser escolhido pela comunidade, de acordo com suas capacidades e competências. Faure acreditava que era essencial que todos os participantes de uma experiência educacional libertária fossem educadores, no sentido de participar ativamente no ensino dos mais novos e sendo um modelo para eles. Robin achava que o papel do educador era fomentar a curiosidade natural da criança e dirigi-la, em poucos casos. Ferrer criou uma escola para professores de ambos os sexos, onde a preparação dos professores era a própria prática de ensino na escola racionalista.

De uma forma geral os professores eram escolhidos, de acordo com seu comprometimento com a educação libertária. O papel do professor era de alguém mais experiente, que pudesse trocar experiências. Muitas vezes eram os alunos mais velhos que ministravam aulas para os mais novos.

Alguns autores anarquistas, no intuito de provar que é possível educar uma criança de acordo com os preceitos do anarquismo, realizaram, em seus respectivos países, experiências anarquistas. Estas primeiras experiências serviram de base para todas as escolas racionais e libertárias fundadas em todo o mundo. Irei relatar apenas três destas experiências, devido a sua grande importância, no que diz respeito à educação libertária.

Paul Robin, o grande pensador do ensino integral, desenvolveu no Orfanato de Cempuis na França, uma experiência anarquista entre 1880 e 1894. Embora este orfanato estivesse sido financiado pelo Estado, a experiência realizada por Robin caracterizou-se por desenvolver as premissas da educação libertária e integral.

A educação física, moral e intelectual era a base da educação proposta por Robin, da infância até a vida adulta. Através de jogos, o corpo era o sujeito e o objeto da aprendizagem. A educação intelectual usava o cotidiano como tema principal de estudo e observação. Robin criticava a educação escolástica e enciclopédica. A educação moral buscava mostrar ao aluno valores humanistas e emancipadores, desenvolvendo assim a solidariedade e a fraternidade. A relação entre professores e alunos era baseada na igualdade e no respeito.

Em 1901, Ferrer y Guardia fundou a Escola Moderna; partindo do ideal de uma escola onde pudesse existir a co-educação de classes e sexos e uma educação laica e igualitária. Além disso, ele criou o curso noturno e a Universidade Popular, onde a educação seria voltada aos adultos trabalhadores que pretendiam terminar seus estudos. Segundo relata Edgar Rodrigues, “a Escuela Moderna pretende extirpar de cérebro dos homens tudo o que os divide, começando pela fraternidade e a solidariedade indispensáveis para a liberdade e o bem – estar geral de todos” (Rodrigues apud Queiroz, 2002, p.68).

A Escola Moderna tinha o objetivo de trabalhar a educação por meio da racionalidade, sem aceitar qualquer tipo de doutrina. A educação racionalista voltava a sua educação para um ensino baseado nas ciências e na razão, desenvolvendo o aluno intelectual e profissionalmente. Ela era uma escola bem preparada para o ensino das ciências. Ferrer y Guardia se preocupava com o material a ser utilizado na escola; disponibilizava lâminas de fisiologia vegetal e animal, gabinetes de física e laboratório especial, máquina de projeção, além de substâncias diversas para análise. A escola possuía uma tipografia e um serviço de edição que publicava seus materiais didáticos, além dos Boletins da Escola Moderna.

Tudo isso conseguido sem ajuda do Estado, pois a Escola Moderna era financiada pelas doações dos alunos. Ela obteve tanto sucesso que em 1908, já existiam cerca de dez escolas espalhadas pela Espanha.

Também na França, em 1904, Faure criou a escola Colméia na cidade de Rambouilliet. Essa experiência trouxe uma perspectiva mais integrada entre comunidade e escola, a partir do momento em que integrava os conhecimentos intelectuais e manuais da escola com as necessidades apresentadas pela comunidade, como a produção e o consumo. As decisões em relação a organização e a prática educacional eram feitas em assembleias, mantendo os princípios do anarquismo e da autogestão.

CAPÍTULO 3

Os sindicatos e a educação

Para possibilitar uma maior compreensão a vida dos trabalhadores no Rio de Janeiro durante o século XIX e dos fatos que levaram a classe operária a formar sindicatos e a se unir com os anarquistas na busca de condições melhores de trabalho, além de uma sociedade mais justa e igualitária, citamos Addor:

“Em primeiro lugar, a classe operária em formação se insere em uma sociedade eminentemente agro exportadora, na qual, como mencionamos, a grande maioria da população ainda vive no campo. Em segundo lugar, essa classe operária em formação compreende uma grande heterogeneidade étnica e cultural, proveniente das diversidades de nacionalidades que a compõem: brasileiros (al incluídos brancos pobres e negros libertos ou descendentes de escravos) e imigrantes, principalmente europeus (al destacadamente italianos, portugueses e espanhóis, mas também franceses, alemães e outras nacionalidades), trazem suas marcas específicas no processo de constituição dessa nova classe urbana. Em terceiro lugar, uma oferta tendencialmente superabundante de força de trabalho (formação de um exército industrial de reserva) num mercado onde – vigorando até 1918/ 1919 a mais rigorosa ortodoxia liberal (...) – as condições de negociação da força de trabalho são amplamente favoráveis ao capital e desfavoráveis ao trabalho” (Addor, 2002, p.42).

A industrialização brasileira cresceu de forma lenta e gradual, mas após a independência política do Brasil em 1822, o fim do tráfico de escravos em 1850, e abolição da escravatura em 1888; adicionando a estes fatos o acúmulo de capital proveniente da agricultura cafeeira, a indústria brasileira começou a avançar, transformando um país basicamente agrário em urbano e industrial, nas primeiras décadas do século XX.

Necessitando de mão-de-obra para as indústrias, o Brasil passou a trazer pessoas de diversas nacionalidades para o trabalho das fábricas e das fazendas. Junto com os imigrantes chegavam ao Brasil também as idéias socialistas, mas de modo mais significativo as idéias socialistas utópicas ou anarquistas. Muitos desses imigrantes

eram militantes anarquistas em seus respectivos países e tiveram uma grande importância no crescimento do anarquismo no Brasil e na organização da classe trabalhadora.

Antes da chegada do movimento anarquista e de suas idéias de organização antiestatal e antireligiosa, as organizações operárias, no Rio de Janeiro, eram de cunho assistencialista e mutualista, muitas vezes até associados à Igreja.

As organizações operárias, assim que entraram em contato com as idéias de organização dos trabalhadores do mundo inteiro e com os ideais anarquistas, foram gerando sindicatos com uma força política muito maior. A partir deste momento, estas organizações lutavam por seus direitos como, por exemplo: uma carga horária de trabalho menor, e atuavam na clandestinidade já que a Constituição de 1834 proibia toda e qualquer associação operária.

Uma das primeiras associações criadas foi a Imperial Associação Tipográfica Fluminense. Os tipógrafos e gráficos tiveram um papel muito importante na organização da classe operária por ser uma classe cuja realidade era diferente das demais. Eles eram em sua grande maioria alfabetizados e, por trabalhar com a imprensa, tinham mais contatos com as informações e os conhecimentos passados por elas.

Além disso, os jornais tiveram uma grande importância na construção e no desenvolvimento dos movimentos operários e anarquistas. Os jornais trazidos pelos imigrantes traziam notícias sobre o movimento anarquista e textos dos principais autores anarquistas. Estes textos eram traduzidos e lidos pelos operários imigrantes das fábricas e fomentaram o ideal de vida e de organização tão desejadas pelos operários. Este foi também o primeiro contato que muitos operários tiveram com a língua escrita e, com certeza, o fato de não serem capazes de ler esses textos traduzidos levou muito dos

operários a procurar escolas e a perceber que a escola tradicional não abria espaço para que os operários continuassem seus estudos.

Os jornais também foram um elo entre os grupos de operários, os sindicatos e outras organizações. Através do intercâmbio de notícias que os jornais e os periódicos criados por estes grupos proporcionavam, os sindicatos eram capazes de saber como caminhava o movimento em outros locais do país. Com uma grande movimentação entre os meios operários, os jornais difundiam os resultados da luta em diversos lugares do país e as estratégias utilizadas por eles, criando um sentimento de que seria possível alcançar as desejadas metas do movimento, se este fosse unido.

Silva reafirma a importância dos periódicos no movimento da luta operária:

“Os jornais, revistas, livros e folhetos, muitos dos quais vindos de Portugal, foram decisivos para a formação de uma consciência social em largos setores do operariado e trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas também de outras cidades como Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus”.
(Silva, 2002, p.9).

O movimento anarco-sindicalista brasileiro surge quando esses grupos de operários organizados e conscientizados passaram a adotar a estratégia dos sindicalistas revolucionários, principalmente o uso das greves como forma de reivindicação. O movimento sindical apresentava uma influência significativa dos indivíduos que a compunham. Assim como eram capazes de lhes fornecer uma nova concepção de mundo, podem também lhes fornecer uma nova concepção de educação, tornando-se um importante agente educador do meio urbano e industrial. E este agente educador irá contra o aparelho hegemônico que tem a ideologia da classe dominante.

Utilizando a educação como um meio de transmitir seus valores e manter suas instituições de prestígio, o Estado torna-se um alvo de crítica do movimento

operário. A educação deve tentar ser a mais neutra possível no que diz respeito à política.

“No estágio atual de nossa sociedade, a instrução da juventude, com exceção de uma seleção de privilegiados, é um sonho de filantropia, do mesmo modo que o pauperismo, a ignorância é inerente à condição do trabalhador; essa inferioridade intelectual das classes trabalhadoras é invencível; mais ainda, em um regime político e hierarquizado, com um feudalismo capitalista e industrial e um mercantilismo anárquico, esta instrução, desejável em si mesma, seria inútil, até perigosa. E não sem razão, os homens de Estado, quando ocupam-se da instrução do povo, em todas as épocas a reduziram aos simples rudimentos”. (Proudhon apud Queiroz, 2002, p.41).

O movimento anarco-sindicalista tenta, por meio de suas greves, mostrar que a força da ideologia transmitida nas escolas não permanece quando é confrontada com as reais condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

“O operariado demonstrou que não está apenas reivindicando, que está questionando sua condição de trabalhador, de força de trabalho, que suas reservas intelectuais são grandes e o levam a perceber na carne as reais coordenadas do sistema que o explora, e apesar de não ter acesso à escola, de ser expropriado de seu saber pela divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual ele tem consciência, é pensante e tem reservas intelectuais tão profundas ou mais do que os instruídos, os titulares e os bem-pensantes” (Arroyo apud Educação e Sociedade, 1980, p.15).

Pensando nisso os Congressos Operários, que aconteceram em 1906 e 1913, discutiram e aprovaram resoluções que iam ao encontro do ideal de uma nova forma de educar que permitisse aos operários e aos seus filhos adquirirem conhecimentos, sem serem “contaminados” pelos valores morais da escola tradicional. Esses Congressos mereceram destaque porque incentivaram a criação de escolas.

No Primeiro Congresso Operário em 1906, que contou com a presença de 42 delegados, representando 28 sindicatos operários, o sétimo tema a ser discutido foi a conveniência de “cada associação operária sustent(ar) uma escola laica para os sócios e seus filhos, e (...) os meios de que deve lançar mão para esse fim”. (Rodrigues apud Moraes, 2002, p.28)

Para esta questão foi feita a seguinte declaração como resposta ao tema:

“Considerando que o ensino oficial tem por fim inculcar nos educandos idéias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias à emancipação operária, e que ninguém mais do que o próprio tem interesse em formar livremente a consciência dos seus filhos;

O Congresso aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não possam fazer cada um por si, deve a Federação local tomar conta do encargo”. (Rodrigues apud Moraes, 2002, p.28)

Além disso, vemos a preocupação com a diminuição da carga horária de trabalho. Segundo os sindicatos esta diminuição facilitaria o estudo, a educação associativa e a emancipação intelectual.

Em 1913, o Segundo Congresso Operário; onde houve um número maior de participantes (117 delegados representando 59 associações), a seguinte moção foi aprovada quanto ao tema “educação e instrução da classe operária”.

“Considerando que a instrução foi até uma época recente evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, para manterem o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade, para melhor explorarem-no e governarem-no;

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas, sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metaformoseiam a ciência, segundo os convencionalismos da sociedade atual, e monopolizam a instrução, e tratando de ilustrar o operário sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que freqüentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que constituem o civismo ou a religião do Estado;

Considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculáveis maiores que a supina ignorância e que consolidam com a mais supina ignorância e que consolidam com mais firmeza todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;

Considerando que este ensino baseia-se no sofisma e afirma-se no misticismo e na resignação;

Esse Congresso aconselha os sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípio o método racional e científico, promova a criação e vulgarização de escolas racionais, ateneus, revistas, jornais, promovendo conferências e preleções, organizando certamens e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos, etc, etc.

Essa moção foi aprovada com o seguinte aditivo:

Propomos que, além de escolas racionalistas, seja aconselhada a criação de cursos profissionais de educação técnica e artística..." (As Resoluções apud Moraes, 2002, p.29).

No terceiro Congresso Operário, em 1920, Edgard Leuenroth apresentou uma moção que tratava do fechamento das Escolas Modernas paulistas pelo governo, afirmando que era necessário um protesto por parte dos trabalhadores.

Aconteceu em 1912, o quarto Congresso Operário. Embora o mesmo também tenha refletido sobre a educação proletária, este congresso não foi reconhecido pelos anarquistas porque contou com o apoio do governo.

Dessas resoluções nasceram inúmeras propostas de escolas anarco-sindicalistas que seriam as pioneiras na educação da classe trabalhadora. Estas escolas davam livre acesso a homens e mulheres, de todas as idades e classes, com uma educação baseada na liberdade e na razão. Além das escolas, o movimento fundou também bibliotecas, Universidades populares, revistas, jornais, etc.

No Rio de Janeiro, um dos grandes pólos do movimento anarco-sindicalista, as escolas fundadas tiveram um importante papel na conscientização e emancipação dos trabalhadores. Porém, estas experiências educativas não foram muito estudadas nos meios científicos. Só recentemente a academia passou a prestar atenção na vinculação entre os sindicatos e as escolas durante os séculos XIX e XX.

CAPÍTULO 4

As experiências educacionais anarco-sindicalistas no Rio de Janeiro

Como já discorremos anteriormente, devido as péssimas condições de trabalho e vida, os anarco-sindicalistas procuravam formas novas de educar os operários e de conscientizá-los quanto a necessidade de luta contra a ideologia capitalista e burguesa. Com o apoio desses projetos nos Congressos Operários, os anarco-sindicalistas e outras organizações operárias criaram várias experiências educacionais no Brasil. Aqui irei analisar as experiências educacionais anarco-sindicalistas realizadas no Rio de Janeiro.

Assim foram construídos nos séculos XIX e XX, bibliotecas, escolas, centros de cultura, entre outros projetos educativos que foram essenciais para capacitar o proletariado para a transformação social. Nesta época o índice de analfabetismo entre os operários era altíssimo, logo os periódicos e jornais da época eram lidos “... em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudessem ouvir, compreender as idéias, os métodos de luta, memoriza-los, assimila-los”. (Rodrigues apud Moraes, 2002, p.37)

Os anarco-sindicalistas construíram centros e escolas, tendo como objetivo acabar com o analfabetismo e com o acúmulo de poder e conhecimentos nas mãos da classe dominante. Sendo assim, muitos operários tiveram seu primeiro contato com a educação e foram alfabetizados “... através das escolas de militantes, de oradores, fundadas nos sindicatos; as seções de leituras comentadas, os debates ideológicos, as conferências, as controvérsias, os círculos de estudos, os grupos teatrais” (Rodrigues, 1992, p.25)

Criticando a pedagogia tradicional, Florentino de Carvalho, que fundou a Escola Moderna, em São Paulo classifica a pedagogia como uma:

“Antropologia aplicada – resume-se, nas nossas academias, numa série de mentiras, de noções exóticas e incongruentes, úteis para provocar a congestão do intelecto. Entra na ação dissolvente do bom senso, em primeiro lugar a doutrina cristã, causando sobressalto à multidão escolar. A essa soma-se a Geografia nacional, política, militar e comercial, vazando preconceitos nativistas, entusiasmos pelas armas, ambições econômicas e imperialistas. Vem a seguir a História Pátria, ornada de normativas épicas, de ilustrações que exibem estandartes, escudos, troféus, monumentos, e se ostentam fetiches, ou simbolizam potestades que são objetos de veneração e culto” (Carvalho apud Moraes, 2002, p.33).

Antes da construção e da aplicação da doutrina da educação libertária em escolas operárias surgiram diversas associações com o intuito de fomentar a educação, discutindo e angariando fundos tanto para as escolas como para outras experiências de cunho educativo como lançamentos de livros e periódicos.

No Rio de Janeiro, no início do século XX, fundou-se uma associação pró-Escola Moderna que tinha como intuito angariar recursos que seriam enviados a São Paulo para a edição de livros e preparação de materiais necessários para a educação ministrada nas escolas libertárias. Esta associação era composta por sócios de várias localidades do país que pagavam uma cota mínima. Além disso, a associação organizava conferências, espetáculos, rifas e outras atividades para angariar fundos.

A associação recebeu uma adesão maior que a esperada de sócios. Foram realizados diversos espetáculos teatrais para a arrecadação de fundos. Em 1º de maio de 1910, deu-se início a uma série de conferências sobre os mais diversos temas como: “O ensino racionalista”, “A Escola Moderna e o sentimento de justiça”, “Ciência e Religião”, “A Escola Moderna e a Moral”; entre outras. Essa iniciativa teve uma importância fundamental para a criação da Escola Moderna em São Paulo.

Outro exemplo de organização que ajudou a pensar e discutir a educação foi a Convenção Estudantil pró Liberdade de Pensamento que foi realizada no Rio de Janeiro em 16, 22 e 30 de novembro de 1933, cuja chamada dizia:

“Aos estudantes das escolas superiores e secundárias, aos intelectuais, cientistas, livres pensadores, proletários e aos adeptos de todos os credos sociais, filosóficos e religiosos, que defendam a liberdade de pensamento.

Programa de Convenção

I – Liberdade de Pensamento e Consciência

II – Igualdade de cultos e igrejas, perante a lei – Estado Leigo

III – Ensino leigo em todas as escolas oficiais e equiparadas

IV – Revogação da Lei de Imprensa

V – Liberdade de cátedra, sem restrição” (Convenção apud Moraes, 2002, p. 40).

Os sindicatos do Rio de Janeiro se organizaram para formar as suas próprias experiências educacionais. No ano de 1908, criou-se a Escola Operária 1º de Maio, em Vila Isabel. No dia 31 de agosto, se realizava nesta escola um festival literário-cultural, onde José Oiticica falou sobre “A missão da Escola Racionalista”. Em 1912, no bairro da Olaria fundou-se a Escola Operária 1º de Maio onde eram ministradas aulas diurnas e noturnas.

Em 12 de outubro de 1913, em Petrópolis, foi inaugurada uma Escola Moderna. Ela foi inaugurada pelo Centro Operário 1º de Maio, como uma homenagem ao quarto aniversário do fuzilamento de Ferrer y Guardia, em Montjuich. Neste mesmo ano, a Escola 1º de Maio foi reconstruída por Pedro Matera e fundou-se a Escola Livre 1º de Maio.

Em 1920, as experiências educacionais tomaram força. Várias escolas foram criadas no Brasil. No Rio de Janeiro foram criadas três escolas: a Nova Escola, a Escola

Profissional e a Escola Livre. A Escola Profissional foi criada por iniciativa na União de Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro e a Escola Livre fundada pelos operários das fábricas de tecidos em Petrópolis. Em 1921, fundou-se também a Escola da Liga da Construção Civil, sob a direção de Rui Gonçalves em Niterói.

Além dessas escolas, a União de Operários em Construção Civil também fundou uma escola. Segundo o que podemos conferir em seu balancete, a escola era muito bem equipada com lousas, carteiras, globos terrestres; além de livros e materiais escolares.

Em julho de 1921, o jornal O Sindicalista de Bauru anunciava que a Federação dos Trabalhadores do Rio conseguiu dar combate aos 80% de analfabetos no interior das fábricas através das escolas operárias.

Foram cerca de treze escolas fundadas no Rio de Janeiro, embora não se possa afirmar muito sobre o caráter anarco-sindicalistas delas e, nem sobre sua concepção pedagógica e métodos devido à falta de pesquisa e de material tratando sobre este assunto.

Além das escolas citadas anteriormente, foram criadas as seguintes escolas: Escola do Centro Beneficente, Escola Operária, Escola Operária fundada pela Resistência dos Cocheiros, a Escola Noturna de Artes e Ofícios e a Escola de Corte e Costura.

Foi fundada também , em 24 de julho de 1904, a Universidade Popular pelo Centro Internacional de Pintores, no centro do Rio de Janeiro. No dia de sua inauguração do Dr. Fábio Luz fez um discurso onde exalta os benefícios das escolas libertárias e alertava sobre os danos que as escolas tradicionais provocavam em seus alunos. O programa da Universidade Popular seguia os seguintes critérios:

“Terça-feira: Inauguração da biblioteca com conferência de M. Curvelo;

Quarta-feira: Curso de filosofia, do Dr. Pedro do Couto;

Quinta-feira: Curso de higiene, do Dr. Fábio Luz;

Sexta-feira: Curso de História Natural, do Dr. Platão de Albuquerque.

Sábado: Curso de História das Civilizações, do Dr. Rocha Pombo.

Curso de Geografia, de Pereira da Silva.

Serão iniciados desde logo os cursos práticos de línguas, aritmética, escrituração mercantil, desenho, modelagem, arte decorativa, mecânica e conferências sobre temas e assuntos de interesse social. Esses cursos dependem de matrícula especial.

Biblioteca (leitura em domicílio e sobre a mesa), sala de leitura (onde se encontrarão revistas e jornais de todas as partes do mundo), consultório médico e jurídico, livraria, museu social, etc.”.(Rodrigues, 1992, p.27).

Via-se nesta Universidade a integração entre os saberes práticos e teóricos, além da preocupação em promover uma educação integral, racionalista e científica. Tornou-se um centro de lazer, cultura, educação e saúde.

“A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença ou de partido, tem por fim: fundar um ensino metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar os trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecendo, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores” (Ghiraldelli apud Queiroz, 2002, p.78).

CONCLUSÃO

Esta monografia baseou-se nos estudos feitos durante os últimos dois anos de pesquisa no NEB- Núcleo de Estudos em Educação, porém o foco deste trabalho se concentrou mais em identificar as experiências educacionais realizadas no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do XX, no intuito de buscar experiências educacionais inovadoras no que diz respeito a educação da classe trabalhadora.

Ao contrário do meu trabalho de pesquisa que buscava identificar a importância destas escolas na conscientização do trabalhador como classe e na busca por uma sociedade igualitária, busquei identificar os mesmos resultados através dos mecanismos educacionais presentes nas escolas anarco-sindicalistas.

Como pode ser percebido, foquei este trabalho numa visão mais descritiva do aspecto pedagógico das escolas anarco-sindicalistas no Rio de Janeiro. Para isso foi necessário primeiro desconstruir o que o senso comum denomina como anarquismo, utilizando para isso os principais autores e mostrando como as principais idéias que constroem o conceito de anarquismo iriam ajudar a fundar a pedagogia libertária.

A educação anarquista é o foco principal deste trabalho, sendo o segundo capítulo uma breve descrição de como ela foi idealizada pelos principais pensadores anarquistas. Suas principais idéias iam contra todo o mecanismo ideológico inserido na escola tradicional, evidenciando seu caráter manipulador a favor do Estado e da Igreja. Apresentei também as principais experiências educacionais anarquistas realizadas fora do Brasil, que foram fundamentais para formar a base educacional das escolas fundadas no nosso país.

O terceiro capítulo descreve as experiências educacionais realizadas no rio de Janeiro, contando um pouco sobre como foram realizadas e idealizadas pelas organizações operárias. Não foi possível constatar em alguns casos se a escola tinha uma efetiva ligação com o movimento sindical, porém devemos alertar que os sindicatos existiam clandestinamente no Brasil. O fato de ter conseguido alfabetizar uma taxa alta de trabalhadores é de extrema valia, levando em consideração as difíceis condições de vida dos trabalhadores da época e a dificuldade de se abrir e manter uma escola, no Brasil, seguindo os preceitos do anarquismo.

Dentro de escolas, fábricas, sindicatos e formando Universidade e bibliotecas, os anarquistas educaram um grupo significativo de operários com sua educação diferenciada. Através de uma análise dos métodos utilizados fui percebendo que a importância da educação racionalista não estava no material ou no método de ensino utilizado, mas sim na ideologia que embasa esta experiência educacional. Levando em conta a realidade do aluno, sendo ela uma mulher, um operário ou uma criança, a educação realizada nas escolas anarco-sindicalistas tinha como meta educar para transformar e não para alienar.

Ao criar experiências educacionais baseadas na razão, na liberdade e na igualdade, foi possível comprovar que através destes três pilares a educação se tornou mais que um meio de escolarizar, mas sim um meio importante de provocar a revolução social utilizando a transformação da visão de mundo dessas pessoas. A educação anarco-sindicalista provou que o ensino não precisa ser necessariamente vinculado ao Estado e que é possível, através de novas formas de organização, criar uma escola onde todos tenham participação ativa e que seja igualitária e justa.

As escolas operárias inovaram ao unir, na mesma sala de aula, diferentes classes e sexos, ao utilizar a autogestão e ao apontar os danos que as escolas tradicionais

provocavam nos seus alunos, ao impor seus valores morais e religiosos. Porém, devido a repressão do Estado, principalmente a partir de 1930, estas experiências foram se extinguindo.

A importância deste estudo é mostrar que existem novos meios de educar e fazer com a que educação reflita sobre para que e para quem educamos. O professor não pode ignorar o caráter ideológico inserido em sua prática pedagógica.

A análise feita nesta monografia foi bibliográfica e documental. A bibliografia utilizada foi de extrema importância, pois além de fornecer dados de extrema valia para esta monografia, apontaram para o fato de que ainda existe muito material a ser lido e analisado, no que diz respeito às experiências educacionais realizada pelos sindicatos.

O grande foco do movimento aconteceu em São Paulo com as Escolas Modernas e por isso, a maior parte do material que analisa a educação libertária se restringe ao Estado de São Paulo. As experiências realizadas no Rio de Janeiro precisam ser pesquisadas nos meios acadêmicos como forma de resgate da memória do movimento anarquista carioca e como fonte para análise das conseqüências desta educação na classe trabalhadora e nos sindicatos deste Estado. Nosso trabalho aponta novas possibilidades de pesquisa no campo da pedagogia libertária, pois ainda há muito material a ser analisado sobre as escolas anarco-sindicalistas no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- ARROYO, Miguel G. *Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?* In: *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo: Editora Cortez, nº 5, jan 1980.
- BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- CARRÃO, Paulo. *A Pedagogia Anarquista Brasileira* – consultado no site: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/05pedagogiabrasileira.htm>
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- GALLO, Silvio. *Anarquismo e Filosofia da Educação* - consultado no site: http://www.suigenerispro-br/edvariedade_anarquismo.htm
- KASSICK, Neiva Beiron e KASSICK, Clóvis Nicanor. *Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2004.
- LUIZETTO, Flávio. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 1 (1912-1919). In: *Revista Educação e Sociedade*, UNICAMP, Campinas: SP, Cortez: CEDES, nº 24, ago 1986.
- MORAES, José Damiro. *A trajetória educacional na 1ª República*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1999.
- PEY, Maria O (org). *Pedagogia Libertária: experiências hoje*. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo na escola, no teatro e na poesia*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1992.

RODRIGUES, Edgar. *Sobre educação e cultura libertária* – consultado no site: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/04culturalibertaria.htm>

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e Identidade dos trabalhadores: As concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Jorge E. *O nascimento das organização sindical no Brasil e as primeiras lutas*. Editora Achiamé, 2000.

TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferrer e a Pedagogia Libertária. In: TRAGTENBERG, Mauricio. *Sobre a educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1990.

TRINDADE, Francisco. *Proudhon: sobre a educação* – consultado no site: <http://www.franciscotrindade.com/pr/pr.htm>

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Volume 1. Porto Alegre: L & P, 2002.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Volume 2. Porto Alegre: L & P, 2002.

**A HISTÓRIA DAS ESCOLAS ANARCO-SINDICALISTAS DO RIO DE
JANEIRO**

Monografia de conclusão de Curso apresentada ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Licenciatura em
Pedagogia.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Angela Maria de Souza Martins – Orientadora

Maria Elena Viana Souza

Profª Maria Elena Viana Souza

Profª Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Simone Alves Barbosa

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : A HISTÓRIA DAS ESCOLAS

ANARCO-SINDICALISTAS DO RIO DE JANEIRO

ORIENTADOR : ANGELA MARIA DE SOUZA MARTINS

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: Maria Elina

Nota : 10,0

Considerações:

A monografia atende a todos os critérios exigidos para um estudo científico: bem fundamentado, bem escrito, ou seja, conteúdo e forma impecáveis.

Além disso, o tema é de grande relevância para a área acadêmica, pois, tal assunto merece ser explorado por todos aqueles que escolheram a pedagogia como profissão porque há grande desconhecimento sobre o que significa ser anarquista.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Ligia Martha Coelho

Nota : 10,0

Considerações:

O trabalho contém os principais elementos de uma monografia de final de curso.

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
10,0	10,0	10,0	30,0	10,0

Rio de Janeiro, 12/01/2006.

(NOME DO(A) ALUNO(A))

Segundo avaliador :

Professor orientador : ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Nota: 10,0 (dez)

Considerações:

A aluna fez um trabalho bem fundamentado, com uma ótima sistematização de ideias. Demonstra uma capacidade de pesquisa bastante relevante. Seu tema é de grande relevância para o estudo das diferentes propostas de escolas brasileiras, principalmente daquelas que nascem dos movimentos sociais. Diante do exposto, atribuo-lhe a nota 10,0 (dez). Angela

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês Setembro

Dia	09/09	19/09	30/09	
Observações	Entrega da Introdução para correção	Entrega da Introdução corrigida	Entrega do Capítulo 1	
Professor	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	
Aluno	Simone Alves Barbosa	Simone Alves Barbosa	Simone Alves Barbosa	

Mês Outubro

Dia	30/10	28/10		
Observações	Enrolho do professor leitor	Entrega do Capítulo 2		
Professor	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>		
Aluno	Simone Alves Barbosa	Simone Alves Barbosa		

Mês Novembro

Dia	14/11	26/11		
Observações	Entrega da monografia completa	Entrega da monografia corrigida		
Professor	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>		
Aluno	Simone Alves Barbosa	Simone Alves Barbosa		

Mês Dezembro

Dia	05/12			
Observações	Entrega da monografia para avaliação			
Professor	<i>[Assinatura]</i>			
Aluno	Simone Alves Barbosa			